



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/SELOG/SR/PF/MA

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 26172181/2022-NUMAT/SELOG/SR/PF/MA

Processo nº 08310.004058/2024-16

## 1. DO OBJETO

1.1. Necessidade de aquisição de recargas de água mineral, para consumo na Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão - SR/PF/MA, Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA - DPF/CXA/MA e Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA - DPF/ITZ/MA, para o exercício de 2025, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/Local de Entrega	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	Qte. Total	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo por Item (R\$)
01	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em vasilhames transparentes, cedidos pela Contratada em comodato, tipo cristal, de 20 (vinte) litros, com lacre inviolável, envasada dentro dos padrões estabelecidos pelo departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, normas técnicas conforme Portarias de Correlatos do Ministério Saúde, data do envasamento, validade mínima de 12 (doze) meses; entrega parcelada na <b>SR/PF/MA</b>	445485	Garrafão de 20 litros	2.400	R\$ 10,63	R\$ 25.512,00
02	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em vasilhames transparentes, cedidos pela Contratada em comodato, tipo cristal, de 20 (vinte) litros, com lacre inviolável, envasada dentro dos padrões estabelecidos pelo departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, normas técnicas conforme Portarias de Correlatos do Ministério Saúde, data do envasamento, validade mínima de 12 (doze) meses; entrega parcelada na <b>Delegacia de Polícia Federal em Caxias/MA - DPF/CXA/MA</b>	445485	Garrafão de 20 litros	240	R\$ 10,63	R\$ 2.551,20
03	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em vasilhames transparentes, cedidos pela Contratada em comodato, tipo cristal, de 20 (vinte) litros, com lacre inviolável, envasada dentro dos padrões estabelecidos pelo departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, normas técnicas conforme Portarias de Correlatos do Ministério Saúde, data do envasamento, validade mínima de 12 (doze) meses; entrega parcelada na <b>Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA - DPF/ITZ/MA</b>	445485	Garrafão de 20 litros	480	R\$ 10,63	R\$ 5.102,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 33.165,60

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de recargas de água mineral visa atender as necessidades de todos os setores da Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão - SR/PF/MA, e as delegacias descentralizadas em Caxias e Imperatriz, que, não podem sofrer descontinuidade das atividades em razão da falta desse item, além de ser necessário ao bem estar e manutenção da saúde dos servidores das unidades da Polícia Federal no Maranhão e ofertados aos visitantes, clientes e autoridades, proporcionando às pessoas que buscam os serviços da Polícia Federal um atendimento cortês e de qualidade.

2.2. Os quantitativos desses materiais foram levantados pelo setor solicitante com base no consumo dos anos anteriores, para a SR/PF/MA e através de consulta para as delegacias descentralizadas em Caxias/MA e Imperatriz/MA, (SEI 36721709 e 37059889) com um acréscimo de 20% para garantia de fornecimento do produto durante todo o ano de 2025. Os preços máximos unitários foram obtidos por meio de pesquisa de licitações anteriores, no Sistema de Painel de Preços, do Ministério da Economia. Portanto, esses preços máximos referem-se a uma média, calculada pelo próprio Painel de Preços, entre as diversas licitações pesquisadas.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Água mineral natural, sem gás, acondicionada em vasilhames transparentes, cedidos pela Contratada em comodato, tipo cristal, de 20 (vinte) litros, com lacre inviolável, envasada dentro dos padrões estabelecidos pelo departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, normas técnicas conforme Portarias de Correlatos do Ministério Saúde, data do envasamento, validade mínima de 12 (doze) meses; entrega parcelada nos endereços citados no item 5.

## 4. FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO.

4.1. A contratação tem amparo no art. 24, II, da lei 8.666/93; art 75, II da lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

## 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Aviso de Dispensa de Licitação como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1.O fornecimento dos materiais referentes aos itens 1, 2 e 3 deste Projeto Básico, será efetuado de forma parcelada, de acordo com a necessidade do órgão, nos seguintes endereços:

Itens	Unidade da Polícia Federal	Endereço
1	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SR/PF/MA	Av. Daniel de La Touche, nº 4.000, Cohama, São Luís/MA, CEP 65074-115. Fone: (98) 3131-5195 / 5196
2	DELEGACIA DE CAXIAS - DPF/CXA/MA	Rua do Parnazio, nº 676, Bairro Ponte, Caxias/MA, CEP 65609-620
3	DELEGACIA DE IMPERATRIZ - DPF/ITZ/MA	Av. Imperatriz, s/n, lote 10, Quadra 10, Conjunto Planalto I, Imperatriz/MA, CEP 65917-300

6.2 As recargas serão entregues em garrações cedidos pela Contratada, em regime de comodato, no ato da primeira entrega e renovados a cada entrega. Os vasilhames serão restituídos à empresa contratada ao fim do Contrato.

6.3 Os vasilhames que porventura forem danificados após a entrega serão ressarcidos pela Contratante.

6.4 As entregas dos produtos referentes aos itens 1, 2 e 3 serão feitas de duas maneiras:

6.5 No mínimo, uma vez por semana, às sextas-feiras, de 09:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h, sem necessidade de solicitação por parte da Contratante. Não será aceita entrega em dia/horário diverso do especificado.

6.6 Caso se verifique que a quantidade de recargas entregues às sextas-feiras não esteja sendo suficiente para uma semana, a Contratada se obriga a realizar duas ou mais entregas, semanalmente.

6.7 Excepcionalmente, através dos chamados dos Fiscais do Contrato, nos casos em que houver necessidade extra de recargas durante a semana, sendo o prazo de entrega de 01 (um) dia útil, contado a partir da solicitação. Os chamados podem ser feitos por e-mail ou telefone da empresa.

6.8 Tais prazos podem ser prorrogados, a critério do Fiscal, considerando as seguintes hipóteses:

- a) Ato motivado da administração que impeça a entrega do material;
- b) Caso fortuito ou força maior que impeça ou atrase a entrega do material.

6.9. Os pedidos de prorrogação só serão recebidos e apreciados se formulados antes de esgotar o prazo inicial para entrega.

6.10. Caso o dia da entrega seja feriado, não tenha expediente nos locais de entrega, ou a critério da Administração, a empresa deverá comparecer no dia útil seguinte.

6.11. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.12. Fica dispensado o recebimento provisório para gêneros perecíveis conforme art. 74 da Lei 8.666/93.

6.13. O servidor responsável fará o recebimento dos produtos, verificando as especificações e as qualificações dos produtos entregues de conformidade com o exigido neste Projeto Básico, e discriminados na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data da entrega do bem, e, se for o caso, as irregularidades observadas.

6.14. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

6.16. Cada fornecimento deverá ser acompanhado de recibo ou meio de controle similar onde deve constar a data da efetuação da entrega, a quantidade entregue e a assinatura do responsável pelo recebimento por parte da unidade da Polícia Federal no Maranhão.

6.17. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.18. Prazo de validade da água: deverá possuir validade para consumo de, no mínimo, 30 (trinta) dias a partir da data do envase e no mínimo 20 (vinte) dias a partir da data da entrega.

6.19. Prazo de validade do vasilhame: tanto o vasilhame entregue inicialmente, quanto aqueles que forem sendo substituídos à medida em que as entregas de água forem ocorrendo, deverão ter validade de, pelo menos, 01 (um) ano.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.8. Responder, prontamente, a toda e qualquer solicitação, referente ao Contrato, encaminhada pela Contratante.

## 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A contratada regularmente optante pelo simples nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:

--

$I = (TX)I = (6 / 100 ) / 365$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
--------------------------------	--

11. REAJUSTE

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, a Contratada que:

13.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.4. Fraudar na execução do contrato;

13.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.6. Cometer fraude fiscal;

13.7. Não manter a proposta.

13.8. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.9. Advertência escrita por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.10. Em caso de atraso injustificado na entrega dos materiais, multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total do Contrato, até o limite de 7 (sete) dias;

13.11. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso maior que 7 (sete) dias;

13.12. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos (glosa da Nota Fiscal) ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

13.13. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

13.14. Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

13.15. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.16. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.17. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.18. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.19. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.20. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.22. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 33.165,60 (trinta e três mil cento e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) .

**JOSÉ DE RIBAMAR ATAÍDE**  
Agente Administrativo  
Chefe do NUMAT/SELOG/SR/PF/MA

**NATÁLIA NEVES**  
Agente Administrativa  
NUMAT/SELOG/SR/PF/MA

De Acordo.

**MARCYANNE K. LUZ DA SILVA**  
Agente Administrativa  
Chefe do Setor de Administração e Logística

APROVO o Projeto Básico e autorizo a abertura de procedimento licitatório para aquisição dos materiais.

**SANDRO ROGERIO JANSEN CASTRO**  
Delegado da Polícia Federal  
Superintendente Regional  
SR/PF/MA



Documento assinado eletronicamente por **MARCYANNE KARDYNNALLE LUZ DA SILVA**, **Chefe de Setor**, em 17/10/2024, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA FERREIRA NEVES**, **Administrador(a)**, em 14/10/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE RIBAMAR ATAIDE**, **Agente Administrativo(a)**, em 16/10/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO ROGERIO JANSEN CASTRO**, **Superintendente Regional**, em 17/10/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=37068875&cre=E5FDD2E7](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37068875&cre=E5FDD2E7).  
Código verificador: **37068875** e Código CRC: **E5FDD2E7**.